

Pânico moral, infância e tempo presente nos Estados Unidos

Entrevista com:



Paul M. Renfro

Doutor em História pela Universidade de Iowa.
Professor adjunto do departamento de História da
Universidade Estadual da Flórida.
Flórida – ESTADOS UNIDOS
history.fsu.edu/person/paul-renfro
prenfro@fsu.edu



orcid.org/0000-0002-6996-2342

Entrevista concedida à



Igor Lemos Moreira

Doutorando em História pelo programa de Pós-Graduação
em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.
Florianópolis, SC – BRASIL
lattes.cnpq.br/2889830742673964
igorlemoreira@gmail.com



orcid.org/0000-0001-6353-7540



<http://dx.doi.org/10.5965/2175180314352022e0401>

 /tempoargumento

 @tempoargumento

 @tempoargumento

Pânico moral, infância e tempo presente nos Estados Unidos: entrevista com Paul M. Renfro
Igor Lemos Moreira - Entrevistador



Paul M. Renfro é professor adjunto do departamento de História da *Florida State University* (FSU), atuando na graduação e pós-graduação. Doutor em História pela *University of Iowa* (2016), na qual foi contemplado com a bolsa *Louis Pelzer Dissertation Fellow*, Renfro desenvolveu estágio de pós-doutorado no *Center for Presidential History* da *Southern Methodist University*. Especialista em história política e cultural dos Estados Unidos no século XX e XXI, dedica-se a temas como gênero/sexualidade, infâncias e juventude, família, sistema carcerário e culturas políticas. Recentemente tem se voltado as discussões sobre a História do Tempo Presente nos Estados Unidos, em especial através das discussões sobre “Histórias Vividas”, e a historiografia LGBTQIAP+.

Entre sua vasta bibliografia publicada, destaca-se a obra *Stranger Danger: Family Values, Childhood and the American Carceral State* (Oxford University Press, 2020), obra resultado de sua tese de doutorado. No livro, Renfro analisa a instalação de um pânico moral focado no sequestro e exploração de crianças nos Estados Unidos a partir da década de 1970, procurando demonstrar como esse sentido de proporções nacionais, alimentado por pais, políticos e veículos midiáticos, gerou o desenvolvimento de leis, programas e práticas punitivas destinadas a proteger as crianças de “estranhos perigosos”. Discutindo de que forma esse discurso e movimento nacional impactou a sociedade estadunidense no final do século XX, a pesquisa desenvolvida no livro e em artigos posteriores centraliza os discursos sobre a infância como parte da constituição política e nacional no tempo presente. Tal perspectiva tem sido abordada pelo autor em outras publicações, a exemplo da coletânea *Growing Up America: Youth and Politics since 1945* (*University of George Press*, 2019), em que procura analisar os diferentes sentidos atribuídos as noções de “infância” e “juventude” na história política estadunidense.

A entrevista a seguir foi realizada com o Prof. Dr. Paul M. Renfro virtualmente entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, durante as atividades de meu estágio doutorado-sanduiche no *Department of Modern Languages and Literature* da *University of Miami*. Ao longo das páginas a seguir, o historiador aborda sua trajetória de pesquisa, a historicidade do conceito de “pânico moral”

Pânico moral, infância e tempo presente nos Estados Unidos: entrevista com Paul M. Renfro
Igor Lemos Moreira - Entrevistador

associado as infâncias nos EUA e a importância da interseccionalidade para os estudos sobre infâncias e juventudes no tempo presente.

Tempo & Argumento: Você poderia nos contar sobre sua trajetória de pesquisa?

Paul M. Renfro: Há muito tempo me interesseo pela história política recente dos Estados Unidos. Ao longo da graduação e nos meus primeiros anos de pós-graduação, tornei-me cada vez mais consciente do papel da branquitude e do medo na formação da cultura política americana. Então, quando comecei a desenvolver as questões de pesquisa que guariam meu projeto de dissertação, concentrei-me inicialmente nas respostas brancas da classe média ao movimento afro-americano pelos direitos civis e às convulsões dos anos 1960 e 1970. Eventualmente, concentrei-me mais estreitamente no pânico do “perigo estranho” dos anos 1980 e 1990.

Na época (início da década de 2010), os historiadores americanos estavam produzindo uma enorme quantidade de estudos sobre a “Nova Direita”, o que ajudou a determinar minha trajetória de pesquisa. No entanto, ao realizar pesquisas de fontes primárias e consumir novos estudos em história política e estudos carcerários, gradualmente evitei a estrutura da “ascendência conservadora” e comecei a enfatizar as continuidades entre o liberalismo e o conservadorismo na segunda metade do século XX. Essa abordagem moldou meu primeiro projeto de livro, *Stranger Danger: Family Values, Childhood and the American Carceral State*, e continua a orientar minha pesquisa e ensino.

Meu próximo livro, um projeto em que venho trabalhando, se concentra em Ryan White, um jovem hemofílico branco que contraiu HIV na década de 1980 e acabou morrendo de causas relacionadas à AIDS em 1990. Dados os estigmas ligados ao HIV/AIDS, a história de Ryan permitiu que conservadores e liberais mostrassem seu interesse em abordar a crise da AIDS sem se alinhar muito com homens gays, pessoas que usaram drogas intravenosas ou outras populações às quais a doença estava associada. Esse tema de continuidade política também permeia meu ensino. Atualmente estou ensinando a disciplina “Os EUA desde 2000”, que se concentra nas afinidades entre republicanos e democratas na era pós-11 de setembro, e os Estados Unidos na década de 1980, que revela afinidades semelhantes entre o reaganismo e o clintonismo.

Pânico moral, infância e tempo presente nos Estados Unidos: entrevista com Paul M. Renfro
 Igor Lemos Moreira - Entrevistador

Tempo & Argumento: *Em sua pesquisa mais recente, você usou a noção de “Stranger Danger” para se referir ao pânico nacional com a segurança infantil causado pelo desaparecimento de crianças nos Estados Unidos desde a década de 1970. Como se criou e circulou o pânico moral no país? Um “pânico moral” sobre a infância permeia o cotidiano do país?*

Paul M. Renfro: Uma série de casos de alto perfil de crianças desaparecidas ou assassinadas provocou um pânico moral em relação à segurança infantil e à depravação criminal no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Ativistas, jornalistas, políticos, policiais e outros insistiram que 50.000 crianças (se não mais) eram sequestradas por estranhos nos Estados Unidos anualmente. O número real era (e permanece) em torno de 100, e as crianças são muito mais propensas a serem sequestradas, exploradas, abusadas e/ou mortas por familiares e conhecidos. No entanto, o pânico do “perigo estranho” envolveu os Estados Unidos nas décadas de 1980, 1990 e no século XXI.

De certa forma, o pânico moral do final do século XX em relação ao “perigo estranho” e à exploração infantil nunca se dissipou. Continua a se revelar no fenômeno QAnon ; em inúmeros podcasts e séries de TV sobre “true crime”; e no “regime legal de crimes sexuais” que permanece firmemente enraizado nos EUA. Menos obviamente, talvez, novos sustos relacionados à teoria racial crítica e mascaramento nas escolas também demonstram como as noções de “inocência” e fragilidade da infância moldam a cultura política dos EUA no século XXI.

Tempo & Argumento: *Quais são os principais desafios historiográficos e metodológicos no trabalho com casos de crianças desaparecidas? Principalmente no caso das fontes, estas são permeadas por diversos discursos institucionais ou visões da mídia, como você tem enfrentado esse desafio?*

Paul M. Renfro: Embora haja uma literatura robusta e crescente sobre a infância nos Estados Unidos, até recentemente os historiadores não haviam escrito muito sobre a política da infância e juventude nos Estados Unidos do final do século XX. Como sua pergunta indica, parte dessa lacuna pode ser atribuída à falta de fontes, mas também pode refletir

a ideia geral de que as crianças são sujeitos-históricos “apolíticos” ou não particularmente dignos. Enquanto trabalhava em *Stranger Danger*, concentrei-me nas maneiras pelas quais os adultos concebiam a infância em um momento de incerteza nacional. Como a infância foi racializada, classificada e generificada, e como vários atores organizaram entendimentos particulares da infância para alcançar vários objetivos políticos? Também encontrei algumas vozes de crianças em notícias televisivas e relatos de jornais. Seus testemunhos muitas vezes falavam dos medos que governavam suas vidas.

Alguns de meus outros trabalhos procuraram preencher várias lacunas na literatura sobre infância e juventude. Mais notavelmente, talvez, eu coeditei um livro chamado *Growing Up America* — publicado pela University of Georgia Press em 2019 — que mostra histórias da infância e juventude nos Estados Unidos pós-Segunda Guerra Mundial.

Tempo & Argumento: Um dos grandes argumentos de suas pesquisas é que o aumento do pânico sobre a segurança das crianças levou à criação de leis, programas e práticas punitivas que mudaram parte do sistema prisional nos Estados Unidos. Quais seriam as principais modificações e projetos criados nesse sentido?

Paul M. Renfro: Quase todas as mudanças que detalho no livro ocorreram em nível federal. Vários entraram em vigor durante o governo Reagan, mas as mudanças legais mais significativas foram implementadas durante e após os anos Clinton. Reagan assinou várias leis aumentando as penalidades civis e criminais para abuso e exploração de crianças – a saber, a Lei de Proteção à Criança de 1984, a Lei de Abuso Sexual e Pornografia Infantil e Lei dos Direitos das Vítimas de Abuso Infantil (ambos em 1986) e a Lei de Proteção à Criança de 1988 e Lei de Execução de Obscenidade. Seu sucessor, George HW Bush, assinou o Child Protection Restoration and Penalties Enhancement Act em 1990. Durante o governo Clinton, várias “leis memoriais” importantes lançaram as bases para o “regime legal de crimes sexuais” que permanece em vigor nos EUA. Essas leis foram nomeadas para várias crianças jovens, brancas e fotogênicas que foram vítimas de sequestro, exploração e, ocasionalmente, assassinato de estranhos. Escondido no infame projeto de lei criminal de 1994, o Jacob Wetterling Act – que

homenageava uma vítima de agressão sexual e assassinato de onze anos de idade – exigia a adoção nacional de registros de crimes sexuais. Dois anos depois, Clinton assinou a versão federal da Lei de Megan, nomeada em homenagem à vítima de estupro e assassinato de sete anos de idade, Megan Kanka, que “exige [d] a divulgação de informações relevantes para proteger o público de criminosos sexualmente violentos”. Com a explosão da Internet, o Departamento de Justiça de Clinton e George W. Bush também tomou medidas importantes para impedir a exploração de crianças online.

Os anos Bush testemunharam a aprovação do PROTECT Act de 2003 e do Adam Walsh Act de 2006, o último dos quais homenageou o filho de seis anos morto do apresentador John Walsh, *o mais procurado da América*. Tais medidas – assim como aquelas implementadas nos níveis estadual e local – resultaram em um regime de registro e notificação comunitária que prende quase 1 milhão de americanos, muitos dos quais foram submetidos à morte social e, muitas vezes, à falta de moradia.

Tempo & Argumento: Ainda sobre a relação entre a infância e o sistema prisional, como essas novas leis e programas tentaram desenvolver uma ideia de “valores familiares”? Assim, a representação de uma família passou a estar associada aos riscos da infância e, principalmente, que formato e tipo de família seria essa?

Paul M. Renfro: Em primeiro lugar, as preocupações com o “Stranger Danger” que proliferaram no final dos anos 1970 e 1980 surgiram de ansiedades maiores sobre a “santidade” e a estabilidade da família americana. Contra o contexto de fundo da libertação gay, da libertação das mulheres e de outros movimentos de liberdade, tanto conservadores como liberais insistiam que a família heteropatriarcal idealizada (branca) estava em perigo. Os sequestros de Etan Patz, Adam Walsh, os jornalistas de Iowa (Johnny Gosch e Eugene Wade Martin) e Kevin Collins, altamente divulgados, pareciam confirmar temores generalizados sobre a família romantizada e as ameaças ostensivamente enfrentadas por ela. Muitos comentaristas acreditavam que fortalecer a família nuclear poderia ajudar a impedir o sequestro e a exploração de crianças, embora as crianças sejam

muito mais propensas a serem vítimas de familiares e conhecidos do que de “estranhos”. O registro expansivo de crimes sexuais que está no cerne do regime de segurança infantil também obscurece as ameaças que se escondem dentro do lar idealizado da família.

Tempo & Argumento: Mais recentemente, você procurou analisar a questão da juventude nos Estados Unidos a partir de uma perspectiva interseccional. Sua pesquisa atual aborda o caso de Ryan White, um jovem que foi expulso de sua escola na década de 1980 por ser portador do vírus HIV. Você poderia nos contar um pouco sobre os desafios de trabalhar com a infância não apenas do ponto de vista interseccional, mas também em casos de questões delicadas?

Paul M. Renfro: Dado o fato de que as crianças são, em muitos aspectos, um grupo minorizado – na medida em que lhes é negado agência e autonomia – pode ser difícil recuperar as vozes das crianças no arquivo. Mas, concentrando-me nas políticas e culturas da infância – isto é, as normas, expectativas e significados associados e atribuídos às crianças – posso determinar como as crianças e os jovens operaram em um contexto específico e como os adultos implantaram a imagem e a retórica da infância para diversos fins.

Tempo & Argumento: Além de sua pesquisa na história do tempo presente, você também ensinou de forma recorrente “A História de Sua Vida” na Florida State University. Qual é a proposta geral desta disciplina e qual a recepção dos alunos a esta discussão?

Paul M. Renfro: A disciplina aborda a cultura política dos Estados Unidos desde o ano 2000. Obviamente, o conteúdo muda cada vez que eu ensino, mas sempre nos movemos em uma ordem cronológica aproximada, começando com a disputada eleição de 2000, 11 de setembro e a guerra ao Terror. Neste semestre (primavera de 2022), terminaremos com a insurreição de 6 de janeiro e o governo Biden até agora. Como a maioria dos meus alunos nasceu por volta do ano 2000, eles não se lembram de muitos dos eventos e processos históricos que abordamos no curso, e realmente não aprenderam esse conteúdo em

Pânico moral, infância e tempo presente nos Estados Unidos: entrevista com Paul M. Renfro
Igor Lemos Moreira - Entrevistador

suas aulas de história no ensino médio. Então, eles parecem tirar muito proveito do curso, principalmente no sentido de que os estimula a pensar histórica e criticamente sobre os acontecimentos atuais.

Tempo & Argumento: Em relação à história do tempo presente que permeia sua pesquisa e prática docente, como você vê o potencial de sua pesquisa para repensar o tempo vivido e, principalmente, as políticas para a infância?

Paul M. Renfro: Isso cabe aos políticos! Mas acho que *Stranger Danger* demonstra claramente que o regime de segurança infantil não funcionou para famílias, crianças ou qualquer pessoa. Os formuladores de políticas devem capacitar os jovens a serem mais independentes e aventureiros, protegendo-os (e a todos) de danos e misérias de todos os tipos (fome, pobreza, violência etc.), tanto dentro como fora de casas, escolas, igrejas etc.